



## **Trabalho de Conclusão de Curso**

### **Curso de Relações Internacionais**

#### **TCC em Formato de Artigo Científico Conforme Definido Pelo Regulamento de TCC Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Relações Internacionais em Cumprimento das DCNs do Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)**

**Título do Trabalho:** Megaeventos esportivos: estratégia de projeção internacional e seus limites.

**Nome do(a) Estudante:** Débora Ramos dos Anjos

**Nome do(a) Orientador(a):** Daniel Campos de Carvalho

**Ano de Depósito:** 2019

### **RESUMO**

O presente artigo tem o objetivo de analisar a utilização de megaeventos esportivos como forma de projeção internacional por parte de países em desenvolvimento, dando enfoque aos casos de África do Sul e Brasil. Com base nisto, será avaliada a atuação da FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*) utilizando seu aparato normativo antes e durante as Copas de 2010 e 2014 para exercer poder sobre os Estados, de modo que acaba tendo os maiores lucros com o evento. Foram utilizados artigos acadêmicos, matérias jornalísticas e documentos oficiais para desenvolver a pesquisa, traçando um histórico da interação entre esportes e relações internacionais, para em seguida observar os megaeventos esportivos e os discursos de África do Sul e Brasil sobre estes, além do histórico da FIFA e seu aparato normativo para, por fim, dar-se enfoque às Copas de 2010 e 2014, destacando a utilização da Lei Geral da Copa pela entidade. Será demonstrado o quanto é complicado avaliar ganhos de megaeventos esportivos para a projeção internacional, principalmente de países em desenvolvimento, levando em consideração a complexidade desta tarefa e os vários fatores que estão envolvidos, além do maior poder que organizações que atuam no âmbito transnacional vem ganhando.

**PALAVRAS-CHAVE:** Megaeventos esportivos; Copa do Mundo; FIFA; Brasil; África do Sul.

## 1. Introdução

Os megaeventos esportivos, como Copa do Mundo e Olimpíadas, passaram a ser sediados com mais frequência em países em desenvolvimento, sendo que esta nova tendência ganhou força<sup>1</sup> com a África do Sul sediando a Copa do Mundo de 2010, e o Brasil com o Mundial de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Nos discursos oficiais e em algumas pesquisas a recepção de um megaevento é considerada algo importante e positivo, já que existe a possibilidade de haver ganhos econômicos e projeção internacional, devido ao fluxo de turistas e à exposição global dos países durante os eventos. Porém, análises mais críticas demonstram que a realização de um megaevento não necessariamente é tão favorável para um país - devido à volatilidade dos ganhos, tanto econômicos quanto de projeção internacional.

Na dinâmica de realização de um megaevento esportivo é cada vez mais importante notar a atuação das organizações desportivas, como FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*) e COI (Comitê Olímpico Internacional), que no processo de organização e durante os eventos rivalizam com o poder dos Estados, utilizando tanto ferramentas econômicas quanto jurídicas - o que maximiza os lucros para si e seus patrocinadores.

A partir da observação de trabalhos acadêmicos, documentos oficiais e matérias jornalísticas, este trabalho analisa a utilização de megaeventos esportivos como ferramenta de projeção internacional por países em desenvolvimento, com enfoque nos casos de Brasil e África do Sul ao sediar as Copas do Mundo de 2010 e 2014, considerando a atuação da FIFA nesta dinâmica.

No desenvolvimento do presente artigo, primeiro será traçado um histórico do esporte nas relações internacionais - com a demonstração de quando as práticas esportivas passaram a ser internacionalizadas e interagir com a política internacional, além da apresentação do histórico particular do futebol e sua penetração pelo mundo. A partir deste contexto, os

---

<sup>1</sup> Dentro desta tendência, é possível também considerar a China, que sediou os Jogos Olímpicos de 2008.

megaeventos esportivos serão analisados, com sua definição, importância e discurso dos países-sede sobre estes, passando para o histórico da FIFA e a análise de seu aparato normativo, e por fim, a análise das Copas do Mundo da África e Brasil.

Levando em consideração este percurso, busca-se demonstrar a complexidade de se realizar um megaevento esportivo, sua amplitude e a quantidade de recursos que têm de ser dispensados para sediá-lo, a dificuldade para avaliar quais foram os ganhos (principalmente na esfera internacional), além da demonstração do quanto uma organização esportiva pode exercer poder dentro de um Estado durante estes eventos.

## **2. Esporte e Relações Internacionais**

As práticas esportivas que foram internacionalizadas no século XIX tiveram origem, em sua maioria, na Inglaterra no processo de expansão pelo mundo via comércio e colonização levando esportes como futebol, rúgbi, críquete, golfe e tênis para a Europa e outras partes do mundo onde:

(...) comerciantes e engenheiros ingleses responsáveis pela construção de estradas de ferro fundaram clubes na Bélgica, Tchecoslováquia, França, Holanda, Rússia, Suíça e também na América do Sul, uma prática que se espalhou e fez com que os habitantes desses lugares também fundassem seus clubes, como ocorreu na Espanha, Portugal, Brasil e Argentina (ARNAUD, 2003, tradução nossa).

Antes deste período, as modalidades esportivas mais disseminadas representavam uma estratégia estatal de nacionalização das massas, com papel semelhante a língua e cultura (ARNAUD, 2003), neste momento o corpo era colocado a serviço do Estado, principalmente no caso de haver conflitos. Enquanto o esporte desenvolvido da Inglaterra, ou seja, o esporte moderno, foi criado por indivíduos e grupos privados, funcionando como uma forma de socialização da burguesia que vinha crescendo no país devido a revolução industrial (ARNAUD e RIORDAN, 2003).

Assim essas atividades refletiam o estilo de vida, moral e valores da burguesia, onde o exercício físico era considerado uma forma de desenvolver a personalidade dos indivíduos baseado em valores compartilhados, com os clubes esportivos representando escolas de democracia e liberdade, lugares em que os indivíduos poderiam escolher viver livres ao mesmo tempo que seguem uma disciplina (ARNAUD e RIORDAN, 2003).

O desenvolvimento industrial e urbano fez com que as práticas esportivas modernas ultrapassassem os grupos burgueses, passando a ser desempenhadas pela população em geral, principalmente as massas urbanas, onde os trabalhadores começaram a participar de clubes existentes ou criar os seus próprios. Neste cenário, o esporte era controlado por esses grupos não estatais, tanto burgueses quanto da classe trabalhadora, que jogavam e administravam os clubes, este fator acabou distanciando o esporte da égide do Estado e criou a concepção de que seria uma “atividade apolítica” (SOTO, 2018).

Porém, este passou a ser politizado “no interior dos Estados-nações europeus durante o século XIX, quando é usado como vetor da identidade nacional em Estados multinacionais e revelador do prestígio nacional” (SUPPO, 2012). A utilização do esporte como ferramenta política ganha força devido a sua característica de massa, e segundo Franzini (2000) a representação de disciplina, ordem, respeito às regras, que fazem com que às práticas esportivas fortalecem símbolos nacionais e que os indivíduos se apropriem destas simbologias, de modo que:

Entre as duas guerras, o esporte como um espetáculo de massa foi transformado numa sucessão infindável de contendidas, onde se digladiavam pessoas e times simbolizando Estados-nações, o que hoje faz parte da vida global. (...) Os Jogos Olímpicos (...) e as partidas internacionais foram realmente organizados com o objetivo de integrar os componentes nacionais dos Estados multinacionais. Eles simbolizavam a unidade desses Estados, assim como a rivalidade amistosa entre suas nações, reforçava o sentimento de que todos pertenciam a uma unidade, pela institucionalização de disputas regulares, que proviam uma válvula de escape para as tensões grupais, as quais seriam dissipadas de modo seguro nas simbólicas pseudo lutas. (...) Entre as guerras, o esporte internacional tornou-se (...) uma expressão de luta nacional, com os esportistas representando seus Estados ou nações, expressões fundamentais de suas comunidades imaginadas. Foi nesse período (...) que a Copa do Mundo foi introduzida no meio futebolístico e, como demonstrou o ano de 1936, que os Jogos Olímpicos se transformaram indubitavelmente em ocasiões competitivas de autoafirmação nacional. O que fez do esporte um meio único, em eficácia, para inculcar sentimentos nacionalistas, de todo modo só para homens, foi a facilidade com que até mesmo os menores indivíduos políticos ou públicos podiam se identificar como a nação, simbolizada por jovens que se destacavam no que praticamente todo homem quer, ou uma vez na vida terá querido: ser bom naquilo que faz. A imaginária comunidade de milhões parece mais real na forma de um time de onze pessoas com nome. O indivíduo, mesmo aquele que apenas torce, torna-se o próprio símbolo de sua nação (HOBSBAWM, 1990).

Por mobilizar este comportamento apaixonado das populações, o esporte é visto como um “recurso diplomático supletivo” (VASCONCELLOS, 2008), sendo muito utilizado tanto em períodos de paz quanto conflituosos, com propósitos de propaganda, exclusão ou retaliação (ARNAUD, 2003).

Esta mobilização política do esporte, com o propósito propagandístico, foi feita pelos governos de Hitler e Mussolini, na Alemanha e Itália respectivamente, antes da Segunda Guerra servindo como meio para propagar os regimes nazista e fascista. Outros casos são da Espanha durante o regime do general Franco que durante a reconstrução do país utilizou o Real Madrid como um símbolo de apelo internacional, além de Brasil e Argentina que usufruíram da conquista das Copa de 1970 e 1978 para fazer propaganda do regime ditatorial (CARVALHO, 2012).

O boicote à África do Sul representou a utilização do esporte como meio de exclusão de um país do sistema internacional. O país passou a ser banido de competições internacionais a partir de 1964 devido ao regime de *apartheid*, não participando de jogos Olímpicos nem disputando torneios internacionais e amistosos contra outras seleções. Essa posição internacional contra o regime segregacionista sul-africano era tão forte que em protesto, várias equipes africanas não participaram das Olimpíadas de 1976 em Montreal devido “a [recente] participação da equipe de rúgbi da Nova Zelândia em competições na África do Sul” (EBC, 2016).

A despeito do papel exercido pelos esportes na esfera política, este tema ainda é pouco desenvolvido nas discussões acadêmicas de relações internacionais, diante da centralidade dada à política de poder ligada a instrumentos tradicionais como território, capacidade militar e economia, onde o Estado ocupa o papel central, o que têm relação com a força do pensamento realista na área como pode ser visto no trecho a seguir:

*As far as IR is concerned, this is best exemplified in the resistance of realism, IR's dominant perspective, to the opening of the 'black box' of internal social practices and sub-state processes, as if these were of no consequence for the international dimensions of state policy. What is more, for mainstream state-centrism, IR has been chiefly concerned with 'high politics' – issues of security, military power and diplomacy – and, therefore, has tended to exclude analysis of those structural characteristics of the international system that cannot be neatly subsumed under 'politics' (LEVERMORE e BUDD, 2004).*

O esporte, deste modo, acaba ocupando um lugar periférico nos estudos de relações internacionais por representar a cultura de massas, não ter vínculo direto com o Estado, além de ser mais um símbolo ou ferramenta de uma política, do que a política em si mesma.

Apesar de não ser comparável a influência de economia, política ou questão militar no sistema internacional, o esporte fornece um ponto de acesso, tanto de atuação quanto de interpretação da realidade internacional, sendo uma ferramenta importante do sistema, que é

influenciado pelos acontecimentos internacionais ao mesmo tempo que pode influenciá-lo (LEVERMORE e BUDD, 2004).

Assim nota-se, como aponta Suppo (2012), que com as constantes transformações na política mundial e aumento de sua complexidade é perceptível que os Estados utilizam uma maior diversidade de ferramentas, de distintas naturezas e áreas, que interagem e dão base para a ação dos Estados, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento.

Com a dinâmica de globalização, outros atores passaram a ganhar força no cenário internacional, uns com ligação direta ao Estado, como é o caso das Organizações Intergovernamentais (OIGs), e outros independentes dos Estados, como Organizações Não Governamentais (ONGs), empresas, Organizações Privadas e Transnacionais (HERZ, HOFFMAN e TABAK, 2015).

Assim, o esporte passa a ganhar maior importância no meio internacional dentro deste cenário de diversificação de ferramentas e atores, com a globalização que permite um trânsito mais facilitado de funcionários e estruturas organizacionais pelo mundo, mobilizando tanto questões diretamente ligadas aos Estados, por conta de sua faceta nacionalista que se apropria de símbolos nacionais, quanto mais distantes, com a participação das massas que fazem parte do mundo esportivo ao jogar, treinar, trabalhar nos clubes com os atletas ou nas organizações criadas para estruturar a área.

## **2.1 Futebol e Relações Internacionais**

Dentre todas as práticas esportivas modernas de origem inglesa, o futebol é a modalidade que se destaca com milhares de adeptos e profissionais espalhados pelo planeta. Assim:

O esporte que o mundo tornou seu foi o futebol de clubes, filho da presença global britânica. (...) Esse jogo simples e elegante, não perturbado por regras e/ou equipamentos complexos, e que podia ser praticado em qualquer espaço aberto mais ou menos plano do tamanho exigido, abriu caminho no mundo inteiramente por seus próprios méritos, e, com o estabelecimento da Copa do Mundo em 1930 (conquistada pelo Uruguai), tornou-se genuinamente universal (HOBSBAWM, 1995).

Os britânicos foram os responsáveis por disseminar a prática pelo mundo por meio de seus funcionários, na maioria de elite, que inseriram a prática por meio de escolas e times nos países em que estavam. No início, como foi apontado no começo do texto, o futebol era ligado

a elite, e representava a civilidade em forma de prática física, por isso existia o ideário de amadorismo, com a concepção de que o esporte não poderia ser profissionalizado.

Apesar da força deste ideal de amadorismo e a tentativa de distanciar das classes populares o futebol, a disseminação pela sociedade foi inevitável com o surgimento de vários clubes de distintas classes, de modo que nos anos 30 cresceu o movimento de oposição ao ideal elitista de amadorismo (PRONI, 2000).

Com a propagação de veículos de comunicação em massa, principalmente jornais e rádios, os torneios de futebol passaram a ser promovidos de forma abrangente sobre as massas (PRONI, 2000), que por não terem recursos para ir a todos os jogos nos estádios acompanhavam as partidas pelo rádio ou jornal, contribuindo para o aumento da notoriedade do esporte e seu movimento de popularização.

Segundo Marcelo Proni (2000) há dois períodos distintos em relação ao futebol, o primeiro durante o século 19, onde a modalidade era vista como manifestação cultural civilizada, de elites, baseada no ideal de amadorismo, já o segundo momento no século 20, a prática passa a ser vista como um tipo de lazer popular e fonte de entretenimento de massas urbanas.

Apesar de ter sido desenvolvido com mais força em locais onde a industrialização e urbanização se expandia, com o surgimento de uma população que procurava dentro de sua rotina um tipo de lazer modernizado, o futebol também se desenvolveu em lugares mais “atrasados” em que os dois processos mencionados não estavam sendo desenvolvidos de maneira tão acelerada (PRONI, 2000).

Esse movimento de massificação abriu espaço para a profissionalização do esporte, permitindo que jogadores viessem de classes populares e ascendessem como profissionais, além do fortalecimento da FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*) e maior popularidade da Copa do Mundo, dando ao futebol uma faceta mais comercial (PRONI, 2000).

Alguns números demonstram a proporção do futebol, segundo o FIFA *Big Count* de 2006 “o número total de pessoas envolvidas diretamente com o futebol é de 270 milhões. Isso significa que aproximadamente 4% da população mundial (ou 1 em cada 25 pessoas) estão diretamente envolvidas com o futebol” (FIFA, 2007). As pessoas diretamente envolvidas, segundo a Conmebol (2013), são desde jogadores profissionais e casuais até árbitros e funcionários.

A organização máster do esporte, FIFA, possui 211 afiliados<sup>2</sup> mais do que da Organização das Nações Unidas (que possui 193 países membros), e realiza a cada quatro anos um megaevento próprio, que a cada edição tem mais espectadores, segundo a FIFA no mundial de 2018 na Rússia mais da metade da população mundial assistiu o evento, cerca de 3,57 bilhões de pessoas, ou seja, o megaevento paralisou quase metade da população mundial durante um mês para assistir o confronto entre as melhores seleções, compostas pelos melhores jogadores do mundo.

### 3. Megaeventos Esportivos

Levando em consideração a crescente importância do esporte nas Relações Internacionais e a magnitude que os megaeventos esportivos passaram a ter, nota-se que estes chamam, cada vez mais, a atenção dos Estados do sistema internacional que têm o interesse de sediar tais eventos devido sua amplitude, dando a oportunidade de projeção internacional e mudança de imagem perante o mundo. Para compreender toda a força de um megaevento esportivo é necessário saber o que eles são, podendo ser definidos como:

(...) eventos que ocorrem em larga escala, possuem um caráter dramático e espetacular, seduzem as massas populares e recebem o reconhecimento internacional; eles provocam consequências importantes para a cidade anfitriã ou para o país que serve de sede; beneficiam de uma elevada cobertura e atenção da mídia e representam uma interrupção na administração ordinária do tecido urbano (HORNE e MANZENREITER, 2006).

Os megaeventos foram ganhando ao longo do tempo utilidade econômica, ao propiciar a exposição do país e atrair turistas e investidores (estes em um segundo momento), mas além da utilidade econômica existe a utilidade simbólica, relacionada ao ambiente de troca de informações - entre autoridades quando vão prestigiar os jogos -, afirmação de identidade, mudança ou reafirmação de status, de modo que podem ser entendidos como “torneios de valor” que são:

---

<sup>2</sup> É importante salientar que as algumas federações presentes na FIFA de modo independente são representadas na ONU por outros governos ao qual são dependentes, como é o caso de Macau, Porto Rico, Ilhas Virgens, Curacao, entre outras. Existe o caso de Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte que na FIFA são federações independentes, enquanto na ONU são representadas como Reino Unido. Além disto, a FIFA possui uma política em que aceita associados que não são reconhecidos como países, caso de Palestina e Kosovo (REIS, 2019).

Os associados da FIFA que não fazem parte da ONU são: Anguilla, Aruba, Bermuda, Curaçao, Guam, Hong Kong, Ilhas Cayman, Ilhas Cook, Ilhas Faroe, Ilhas Virgens Americanas, Ilhas Virgens Britânicas, Macau, Montserrat, Nova Caledônia, Palestina, Porto Rico, Samoa Americana, Taiti, China Taipei, Turcas & Caicos, Kosovo, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas.



(...) complexos eventos periódicos que, de alguma forma culturalmente definida, se afastam das rotinas da vida econômica. A participação nestes eventos tende a ser simultaneamente um privilégio daqueles que estão no poder e um instrumento de disputa de status entre eles. A moeda corrente destes torneios também tende a ser distinguida por meio de diacríticos culturais muito bem compreendidos. Finalmente, o que está em pauta nestes torneios não é apenas o status, a posição, a fama ou a reputação dos atores, mas a disposição dos principais emblemas de valor da sociedade em questão. Enfim, embora tais torneios de valor ocorram em épocas e lugares especiais, suas formas e resultados sempre trazem consequências para as mais mundanas realidades de poder e valor na vida comum (APPADURAI, 2008).

Aqui vê-se porque os Estados vem disputando o direito de sediar um megaevento como Olimpíadas ou Copa do Mundo, além do seu potencial econômico eles possuem uma capacidade simbólica de demonstrar características e valores dos países sede, podendo ser tanto particulares quanto compartilhados na esfera internacional, o que dá a possibilidade de que o país sede demonstre suas singularidades ao mesmo tempo que mostra ser um seguidor de normas e valores compartilhados pela comunidade internacional.

Outro ponto importante quando se trata de um megaevento esportivo é o legado, que pode ser definido como os “benefícios gerados [no evento] em contraposição aos custos necessários” (TAVARES, 2011), tanto tangíveis quanto intangíveis, os primeiros envolvem infraestrutura construída para o evento, já a segunda categoria está relacionada com a questão cultural, a imagem projetada do país entre outros fatores (TAVARES apud POINTER, 2011).

A distinção entre “impacto” e “legado” é importante por proporcionar a visão sobre a temporalidade dos efeitos, e a possibilidade de consequências negativas ou ambivalentes. Um impacto seria algo imediato, de curta duração e com valores ambíguos, enquanto o legado possui a ideia de longo prazo, podendo ser positivo e planejado (TAVARES, 2011).

Devido estas características um megaevento esportivo como a Copa do Mundo é almejado por um grande número de países do sistema internacional<sup>3</sup>, pois além dos possíveis ganhos econômicos, fomento ao desenvolvimento de infraestrutura, possibilidade de atrair turistas e investimentos externos, existe a oportunidade de projeção internacional do Estado de forma positiva, que gera maior confiança da comunidade internacional ao notarem as capacidades mobilizadas para realização do evento (GRIX; HOULIHAN, 2013) como afirma

---

<sup>3</sup> Essa questão possui controvérsias já que notam-se mais casos de movimentos anti-megaeventos, como ocorreu no Brasil com as manifestações contra a realização da Copa do Mundo, além de cidades ou países que abdicam da candidatura de um megaevento, como foi o caso de Boston que iria sediar os Jogos Olímpicos de 2024 e acabou desistindo devido a pressão popular (AFIUNE, 2016).

Resende (2010) o país torna-se o centro das atenções durante um mês, e demonstra ao mundo as atrações presentes no seu território, acolhimento da população, habilidades para organizar um evento e seus valores.

Quando um Estado consegue mostrar habilmente todas estas características, os ganhos conquistados com a realização do evento podem ser colhidos durante mais tempo, em conjunto com outras políticas, o que constitui um legado positivo como foi o caso de Barcelona ao sediar as Olimpíadas de 1992, e recentemente da Alemanha ao realizar a Copa de 2006. De acordo com Spera (2018), a Alemanha tinha o objetivo com a realização da Copa do Mundo, de superar a relação entre esporte e identidade nacional afetada pelo regime nazista. De modo que não só conseguiu atingir este objetivo, como o turismo seguiu aquecido após o Mundial além da “marca” do país ter sido incrementada, segundo o Índice Anholt-GfK Roper, passando de sétimo lugar em 2004 para primeiro em 2007.

### **3.1. Megaeventos esportivos em países em desenvolvimento**

Por proporcionarem a atração de recursos econômicos e uma grande audiência global, vem aumentando o interesse dos países subdesenvolvidos em sediar megaeventos esportivos vistos como importantes para demonstrar a comunidade internacional suas capacidades de organizar e realizar um grande evento, além de suas conquistas, que podem estar relacionadas a recursos tangíveis, como infraestrutura e tecnologia, ou a recursos intangíveis como democracia, estabilidade, respeito às normas e aos direitos humanos, podendo ser vistos como amadurecidos, e mais próximos aos países desenvolvidos.

Conforme Marchi Júnior (2014), a política da FIFA de realizar Copas em diferentes continentes, descentralizando a realização do evento para fora de países do hemisfério norte, principalmente Europa, fez com que houvesse uma abertura a realização do Mundial por parte de países em desenvolvimento. Assim, em 2010 foi realizada a primeira Copa do Mundo no continente africano (África do Sul), em 2014 após 36 anos o Mundial voltou a ser sediado na América do Sul (Brasil). Já com o fim do sistema de rodízio antigo<sup>4</sup>, as sedes foram: Rússia

---

<sup>4</sup> O sistema de rodízio de continentes somente foi utilizado para definir as sedes da Copa nos anos de 2010 (África) e 2014 (América do Sul), em 2007 o sistema foi derrubado devido a insatisfação da FIFA com a candidatura única do Brasil para ser sede da Copa de 2014 na América do Sul. Caso o sistema tivesse sido mantido, a Copa do Mundo de 2018 deveria ter sido realizada na América do Norte.

2018 (Europa), Qatar 2022 (Ásia) e Canadá, Estados Unidos e México em 2026 (América do Norte).

O que chama a atenção em relação aos países sede das últimas Copas é que dos sete, três fazem parte dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), acrônimo criado por Jim O'Neil, economista do banco Goldman Sachs, que publicou um trabalho em 2001 afirmando que este grupo de países teriam, em algumas décadas, um PIB maior do que os países do G-7 (VISENTINI, 2013).

Sendo que:

Na última década, todos os países do BRICS investiram avultados recursos de capital financeiro e prestígio político na recepção de megaeventos desportivos: os Jogos Olímpicos de Verão 2008, em Beijing, os Jogos da Commonwealth 2010, em Delhi, o Campeonato Mundial FIFA 2010, na África do Sul, os Jogos Olímpicos de Inverno 2014 e o Campeonato Mundial FIFA 2018 na Rússia – a última, copiando a abordagem “dupla” do Brasil ao Campeonato Mundial FIFA (2014) e os Jogos Olímpicos (Rio de Janeiro 2016) (BRAATHEN; SØRBØE e MASCARENHAS, 2014, p. 326).

Para este grupo sediar um megaevento esportivo e o legado que pode deixar são de extrema importância devido a possibilidade de “fortalecer a imagem de potência emergente perante o mundo” (BRAATHEN; SØRBØE e MASCARENHAS, 2014, p. 326).

Os discursos de África do Sul e Brasil para realização das Copas do Mundo de 2010 e 2014, tiveram vários pontos de convergência e demonstram esse interesse de mudar a imagem e projeção perante a comunidade internacional. Portanto, a atuação dos presidentes dos países durante o processo de candidatura, escolha dos países e durante o evento foi fundamental.

No caso da África a figura que se sobrepôs foi a do presidente Thabo Mbeki (1999-2008), que mobilizou a agenda de política externa sul-africana para sediar a Copa do Mundo com o objetivo de demonstrar a evolução do país no período pós-apartheid (MAGADLA, 2011), que consiste na concepção do país como:

*(...) a young and stable democracy; possessing infrastructural and human capacities; low risk in terms of insurance due to having hosted previous tournaments and a financially secure option; and, finally, as a country with 'world-class' stadiums, with 'excellent' transport, 'advanced accommodation structure', information technology and a 'mature' média (BOLSMANN and BREWSTER, 2009).*

Mbeki considerou o evento tão importante que declarou: “Estamos confiantes de que a Copa do Mundo de 2010 vai fazer o mesmo para consolidar o nosso orgulho e nossa dignidade quanto a conquista de nossa liberdade e nossa democracia em 1994” (REUTERS, 2006).

Outro elemento importante da campanha sul-africana foi a retórica pan-africanista e de renascimento africano. O presidente procurou mostrar-se como porta voz do continente africano, sugerindo que toda a região seria beneficiada pelo evento pois ao se mostrar para o mundo atrairia investimentos, mudaria a visão internacional, afastando a concepção de continente pobre que sofre com fome e violência, para a imagem de um continente que possui enorme potencial humano e material, e que está em vias de desenvolvimento, como pode ser visto neste trecho:

*We want, on behalf of our continent, to stage an event that will send ripples of confidence from the Cape to Cairo—an event that will create social and economic opportunities throughout Africa. We want to ensure that one day, historians will reflect upon the 2010 World Cup as a moment when Africa stood tall and resolutely turned the tide on centuries of poverty and conflict. We want to show that Africa's time has come* (ALEGI, 2010).

Houve o questionamento de que os recursos utilizados para organizar um evento de tal magnitude poderiam ter sido destinados para áreas como saúde e emprego, que teve como resposta do presidente de que “nenhuma estratégia de diplomacia ou ato governamental pode fazer o que a Copa fará em termos de política externa” (CHADE, 2010).

Pelo lado da FIFA, o então presidente da entidade, Joseph Blatter que já tinha demonstrado o apoio a realização da Copa do Mundo na África do Sul em 2006 quando o país perdeu por apenas um voto para a anfitriã Alemanha (BUENO, 2004), declarou várias vezes acreditar que o país estava à altura de sediar a Copa (NSC, 2019) e que a realização do Mundial seria importante por representar uma “recompensa a um continente que deu muito ao mundo todo” onde “o futebol usou muito esse continente e essa é a hora de devolver alguma coisa a eles.” (HOMEWOOD, 2010).

Em relação ao Brasil, a figura que se destacou na promoção dos megaeventos esportivos foi o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), que juntamente com o Itamaraty e Ministério do Esporte atuou para conseguir sediar a Copa do Mundo FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016 (RESENDE, 2010).

No caso africano notou-se o lugar de destaque que o megaevento esportivo ocupou na política externa, o que não foi diferente em relação ao Brasil. Aqui as candidaturas para Copa do Mundo e Olimpíadas mobilizaram a agenda de política externa, mas também tiveram iniciativas de cooperação técnica na área de esportes, com destaque para os programas de incentivo ao esporte desenvolvidos, principalmente, em países africanos.

No Haiti, por exemplo, houve uma iniciativa relacionada ao esporte porém com características distintas das demais. Quando a MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti) estava sendo implantada o presidente solicitou que a seleção brasileira jogasse um amistoso com a seleção local, partida denominada “Jogo da Paz”, onde o destaque foi o desfile dos jogadores da seleção brasileira em tanques da missão. Essa atuação diplomática do Brasil na área dos esportes ficou conhecida como “Diplomacia da Bola” (RESENDE, 2010).

O interesse em sediar megaeventos esportivos foi central dentro desta estratégia, de modo que houve uma mobilização grande do governo em elaborar a candidatura para sediar a Copa do Mundo junto a FIFA e CONMEBOL (*Confederación Sudamericana de Fútbol*).

Com o rodízio implantado pela FIFA ficou definido que a Copa de 2014 deveria ser realizada na América, e o Brasil tornou-se o único candidato do continente já que a Colômbia, única interessada com potencial, acabou desistindo devido os grandes recursos que teriam de ser dispensados para realizar o evento (COBOS, 2007).

Na cerimônia de anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 o presidente Lula fez um discurso que demonstra vários dos propósitos do país ao sediar o evento, com grande destaque para a intenção de transformar a imagem do país no sistema internacional, demonstrando o amadurecimento da democracia e sua estabilidade:

Realizar uma Copa do Mundo é uma tarefa imensa, é uma tarefa, eu diria, incomensurável, mas se o Brasil já foi capaz de realizar uma, em 1950, quando eu tinha apenas quatro anos e seis meses de idade, imagine o que o Brasil não pode fazer quando eu já terei 69 anos de idade. Portanto, poderemos fazer essa Copa do Mundo. (...) No fundo, no fundo, *nós estamos aqui assumindo uma responsabilidade enquanto nação, enquanto Estado brasileiro para provar ao mundo que nós temos uma economia crescente, estável, que nós somos um dos países que está com a sua estabilidade conquistada.* (LULA DA SILVA, 2007, grifo nosso).

Apesar de alguns percalços, como as críticas de Jérôme Valcke sobre o andamento das obras e o atraso na aprovação da Lei Geral da Copa além das manifestações populares de

2013 contra a realização do Mundial, o evento ocorreu e foi considerado um sucesso pelo governo e pela FIFA.

Muitas pesquisas indo de acordo com os discursos oficiais dos Estados e da FIFA, consideraram as Copas do Mundo de 2010 e 2014 grandes sucessos pois promoveram o “fortalecimento da reputação internacional dos países” (KNOTT, 2017) e da imagem dos países globalmente, o que atraiu turistas, aumentou o comércio, investimento estrangeiro e o senso de orgulho nacional (GRIX, 2013).

Porém, há pesquisas com um olhar mais crítico sobre os possíveis legados da Copa, demonstrando como é complexo contabilizar os ganhos de um evento, principalmente os intangíveis que estão relacionados a mudança de imagem e projeção internacional, e alguns até afirmam que os ganhos proporcionados com esses eventos são limitados, de modo que os maiores lucros ficam com alguns grupos privados (MARCHI JÚNIOR, 2014; OCKE, 2013; ALMEIDA e GUTIERREZ, 2018; COSTA, 2013).

Ao analisar estes casos nota-se que a FIFA sempre sai satisfeita dos eventos, comemorando o sucesso e arrecadando cada vez mais recursos. O papel da entidade é central pois ela dá o aval para realização da Copa, gerencia o sistema de votação que escolhe o país sede, define os parâmetros mínimos para realização do evento, principalmente na questão de infraestrutura, além de cuidar da organização.

#### **4. Poder da FIFA**

Considerando esse grande poder da entidade é necessário entender sua história, papel, evolução ao longo do tempo e suas ferramentas, fatores que permitem melhor compreensão sobre o tamanho e poder que a entidade possui hoje.

A entidade máxima do futebol, a FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*) é uma associação sem fins lucrativos criada em 1904 na Suíça, com o objetivo de centralizar a organização do desporto internacionalmente (FIFA, 2012).

A personalidade jurídica da FIFA é de uma associação de direito privado, sem fins lucrativos de acordo com o Código Civil Suíço (FARIA, 2016), deste modo nos primeiros anos a organização teve que ser bem conservadora em relação aos seus investimentos, já que não podia exercer atividades que gerassem lucros e não recebia receitas do governo, dependendo somente do dinheiro obtido com a venda de ingressos nos Mundiais para

funcionar. A partir da presidência do brasileiro João Havelange (1974-1998), a entidade mudou de patamar, aonde “o Dr. Havelange transformou uma instituição puramente administrativa em uma empresa dinâmica” (FIFA, 2012).

Além da transformação no setor financeiro, relacionada a atração de patrocinadores, Havelange amplificou a atuação política da entidade, com a adoção de um tipo de “diplomacia desportiva” que possuía características universalistas. Esta capacidade pode ser vista com a reunião celebrada de 1993 em Zurique, com a presença de representantes do Iraque, Irã, duas Coreias, Japão e Arábia Saudita para debater sobre detalhes administrativos das eliminatórias asiáticas (FIFA, 2012).

A habilidade diplomática da FIFA sob o comando de Havelange fez com que a entidade alcançasse um novo nível no cenário internacional, amplificando seu poder, como pode ser visto neste trecho de uma entrevista do mandatário:

*He ido a Rusia dos veces, invitado por el presidente Yeltsin. He estado en Polonia charlando con su presidente. En la copa jugada en Italia en 1990 me entrevisté tres veces con el papa. Cuando voy a Arabia Saudita, el rey Fahd me da una espléndida bienvenida. En Bélgica tuve una entrevista de una hora y media con el rey Alberto. ¿Creen ustedes que un jefe de Estado le dedica todo ese tiempo a cualquiera? Eso es respeto. Eso es poder. Puedo hablar con cualquier presidente, pero les aseguro que ellos hablarán con su homólogo en iguales condiciones. Ellos tienen su poder y yo tengo el mío: el poder del fútbol, que es el poder más grande que existe (LAGOS, 2018 apud CORRIENTE e MONTERO, 2014).*

O império construído por Havelange fez com que a FIFA ficasse mais parecida a uma Empresa Transnacional do que uma associação sem fins lucrativos, porém diferente de uma empresa a FIFA continua a ser uma organização sem fins lucrativos, com seu objetivo de desenvolver o futebol no mundo, apesar dos ganhos aumentarem exponencialmente a cada competição que organizam.

Deste modo, a entidade poderia ser definida hoje como uma ONGATs (Organização não-governamental de alcance transnacional), estas seriam organizações privadas sem fins lucrativos movidas por algum vínculo transnacional com quatro princípios basilares: associativo; independência em relação ao poder público; princípios/valores comuns entre os membros e vinculação jurídica ao Estado, coordenando políticas transnacionalmente (PASSOS, 2011 apud SEITENFUS, 2005).

Olhando para o desenvolvimento que a FIFA teve no mandato da Havelange, passando de uma ONGI esportiva sem força econômica e política, para uma grande organização que hoje têm uma receita maior do que de alguns países e com grande força política nota-se que:

*The globalisation of football has empowered FIFA by allowing it to oversee transnational sports rules and ultimately challenge, alter or supersede national laws in FIFA World Cup hosting countries, in the name of maintaining consistency in transnational sports law and attracting lucrative sponsors. This fact has a substantial impact on the FIFA World Cup hosting countries, both on their governments and civil society (JERABEK; ANDRADE e FIGUEROA, 2017).*

#### 4.1 LEX FIFA

Segundo a categorização de Max Weber (1999) há uma divisão entre direito público e privado. O primeiro consiste em um conjunto de normas que se referem ao Estado, servindo para sua conservação, expansão ou execução das atividades fim. Já o direito privado, é um conjunto de normas que não se referem ao Estado e sim à indivíduos, apesar da instituição estatal poder regulá-lo. Desta forma há uma interação entre público e privado, que pode gerar conflitos no âmbito jurídico.

A concentração da criação do direito em uma instituição coativa (que tem o Estado como modelo de representação), que se coloca como fonte legítima deste, faz com que o aparato normativo<sup>5</sup> seja posto a serviço dessa instituição e dos seus interesses, principalmente econômicos (WEBER,1999). Essas características do direito podem ser vistas nas normas construídas pela FIFA.

Assim vemos que o “poder do futebol” proclamado por Havelange ultrapassa as quatro linhas do campo, não é à toa que a entidade tem mais afiliados do que a Organização das Nações Unidas (ONU), e conseguiu construir um império utilizando o futebol. Além da atuação diplomática e econômica, a FIFA possui uma importante atuação no âmbito normativo, representada, principalmente, por seu Código Disciplinar e a Lei Geral da Copa.

Este aparato normativo é denominado, por alguns autores, como *Lex FIFA*, sendo definida como: “Um conjunto de normas desportivas transnacionais produzido pela entidade máxima do futebol que, em conjunto com os ordenamentos jurídicos-desportivos oriundos das demais federações esportivas internacionais, formam a *lex sportiva*” (FARIA, 2016).

---

<sup>5</sup> Aparato normativo segundo Weber (1999) seria um sistema com normas estatuídas, que assumem o caráter de disposições jurídicas, que quando forem aplicadas saem do âmbito subjetivo para o objetivo, de acordo com a interpretação do legislador em relação ao caso aplicado.



A *Lex FIFA* está relacionada a teoria pluralista do direito, que em contrapartida as versões tradicionais, monista e dualista que dão prioridade a atuação estatal no direito, considera que atores privados constroem uma normatividade que é parcialmente ou totalmente autônoma ao Estado, e este aparato normativo convive e interage com o aparato normativo estatal, como pode-se ver a seguir:

(...) só é possível compreender o pluralismo jurídico e sua real dimensão ao se abandonar a suposição de que o direito global extrai sua validade somente de processos legislativos e de sanções estatais, derivados de fontes jurídicas internas ao Estado ou de fontes jurídicas internacionais oficialmente sancionadas, processos espontâneos de formação do direito que compõem uma nova espécie apartada do instituído pelos Estados individuais ou do direito internacional. Essas ordens constituem-se em autonomia relativa diante do Estado-nação, bem como diante da política internacional, setores distintos da sociedade mundial que produzem a partir de si mesmos ordenamentos jurídicos globais *sui generis*. (...) A fragmentação do direito na pós-modernidade, nos pressupostos de Teubner, transparece o fato incontroverso de que o Estado deixou de ser o fundamento único de validade do poder e da lei. O direito oficial do Estado não detém o monopólio das atenções, doravante disperso na fragmentação das diversas racionalidades sociais vigentes (FARIA, 2016).

O direito internacional possui destaque na teoria de pluralismo jurídico, já que “seu enfoque no Estado, que seria o sujeito jurídico por perfeição, passou a perder certo poder devido ao aumento das relações transfronteiriças entre outras entidades, como empresas, que passaram a estabelecer suas próprias normas” (CASTRO, 2013).

Este direito transnacional, emanado de organizações privadas que possuem certa autonomia em relação aos Estados nacionais, ganhou espaço com o fenômeno da globalização e o maior fluxo econômico, além de ser especializado e procurar resolver suas questões com especialistas competentes, de modo mais rápido e eficiente, fator que difere-se do direito estatal (FARIA, 2008).

A *Lex FIFA* é uma representação do pluralismo jurídico devido sua autonomia relativa em relação aos Estados (em alguns casos até total), amparo de um aparato normativo especializado que procura resolver os conflitos com base nele e fora das instituições estatais, utilizando mecanismos de arbitragem para realizar os julgamentos no caso o Tribunal Arbitral do Esporte (TAS), e o mais importante este aparato normativo perpassa fronteiras, já que normalmente é acatado pelas Associações Nacionais e Confederações Internacionais de Futebol que estão presentes em todo o mundo.

O Código Disciplinar e o Estatuto da FIFA constituem a base da *Lex FIFA*, abrangendo uma variedade de temas em relação ao futebol, desde casos de *doping* a corrupção, sendo que seu escopo é de:

(...) definir as infrações às disposições contidas nas regulamentações da FIFA e estabelecer as sanções pertinentes, assim como regular a organização e a atuação dos órgãos e das autoridades competentes pela área disciplinar. Estão sujeitos às sanções do Código as associações, os clubes, os dirigentes, os atletas, os árbitros, os assistentes, os agentes de partidas e de jogadores, as pessoas autorizadas pela FIFA e inclusive os torcedores (FARIA, 2016).

Apesar dos países terem normas próprias que regulam os esportes, a maioria acaba baseando-se nas regras da FIFA para construir seu aparato normativo na área, o que demonstra a credibilidade e força da instituição e de suas normas.

A permeabilidade das normas na esfera nacional é uma intenção da entidade, já que existe a previsão no seu Estatuto<sup>6</sup> de que questões relacionadas ao futebol não devem ser tratadas na justiça comum, e caso isto ocorra há uma punição da FIFA a Associação Nacional e aos demandantes, fator que inibe os clubes de futebol ou os jogadores a entrarem com recursos na justiça comum em questões relacionadas a futebol.

Esta pretensão gera conflitos entre FIFA e Estados já que, em alguns casos, um interage com o outro de forma conflituosa como ocorreu no Caso Bosman (1993), onde o jogador entrou com recurso no tribunal de primeira instância de Liège, reclamando contra a UEFA (*Union of European Football Associations*) sobre a regra de transferência e cláusula de nacionalidade, e o caso foi parar no então Tribunal de Justiça Comunitária Europeu<sup>7</sup> que utilizou o princípio de liberdade de circulação de pessoas e livre concorrência para basear sua decisão que foi contrária às regras de transferência e princípio de nacionalidade utilizados pelas associações desportivas, amparadas por UEFA e FIFA (PASSOS, 2011).

---

<sup>6</sup> Artigo 59, § 3 “*Las federaciones tendrán la obligación de incorporar a sus estatutos o su normativa una cláusula que, en el caso de litigios internos de la federación o de litigios con ligas, miembros de una liga, clubes, miembros de un club, jugadores, oficiales o cualquier otra persona adscrita a la federación, prohíba ampararse en los tribunales ordinarios, a no ser que la reglamentación de la FIFA (...) las federaciones se comprometerán a garantizar que esta disposición se cumpla cabalmente en su seno y, siempre que sea necesario, imponiendo una obligación vinculante a sus miembros. En caso de incumplimiento de esta obligación, las federaciones impondrán a quien corresponda las sanciones pertinentes; además, los recursos de apelación contra dichas sanciones se someterán estrictamente y de igual modo a la jurisdicción arbitral y no a los tribunales ordinarios.*”

<sup>7</sup> Atual Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE).

A decisão do Tribunal de Justiça Europeu além de ter dado um duro golpe na FIFA, ao colocar em xeque a autonomia do direito desportivo, proporcionou grandes mudanças no mundo do futebol, já que repercutiu em vários outros países que aproveitaram para mudar suas regras de transferência deixando-as mais liberais, fator que proporcionou o fim das regras do passe, que prendiam os jogadores aos clubes em que estavam, além da abertura para contratação de jogadores estrangeiros, nas palavras de Hobsbawm:

(...) a transformação do futebol em um negócio mundial [com o] surgimento extraordinariamente rápido de um mercado global de jogadores nas décadas de 1980 e 1990 (especialmente depois da decisão tomada em decorrência do “caso Bosman”, em 1995, pela Corte Europeia de Justiça). (...) Com frequência apenas uma minoria - e, por vezes, uma pequena minoria - dos jogadores têm a nacionalidade o país onde se situa o clube. A partir da década de 1980 eles provem cada vez mais de países não-europeus, especialmente da África (HOBBSAWM, 2007).

Após o Caso Bosman, a FIFA juntamente com suas associações nacionais atuaram para que fosse garantida a autonomia do direito desportivo, de modo que houve a aprovação de uma resolução, pelo Parlamento Europeu, que frisa o reconhecimento da especificidade do esporte, por conseguinte das suas regras e sua autonomia, “desde que a atividade econômica gerada pelo desporto profissional não agride as regras do direito comunitário” (FARIA, 2016).

Apesar deste caso de conflito entre *Lex FIFA* e legislação nacional/regional, a maioria dos casos demonstra a conversa entre o ordenamento estatal e transnacional, como ocorreu no caso do jogador Dodô (Ricardo Lucas Figueredo Monte Raso), que recebeu uma suspensão de 30 dias por doping do STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol), recorreu a sentença e foi absolvido, porém FIFA e WADA (*World Anti-Doping Agency*) apelaram ao TAS para mudar a decisão do STJD, ao alegarem que o jogador não havia apresentado provas suficientes que demonstrassem ausência de culpa, e no Painel Arbitral reunido para julgar a questão o atleta foi suspenso por dois anos de acordo com o art. 65 do Estatuto da FIFA (CALIXTO, 2013), aqui predominou a decisão da FIFA e WADA em contraposição ao que foi estabelecido pelo tribunal nacional.

Um caso mais recente que chamou a atenção do público foi o “Caso Portuguesa” ou o “Caso Lusa”, em que o clube paulista Portuguesa (Associação Portuguesa de Desportos), foi rebaixado para a segunda divisão do Campeonato Brasileiro Série A de 2013, devido a

escalação irregular do jogador Héverton que a fez ser julgada pelo STJD, com punição ao clube de multa e perda de 4 pontos (AIDAR, 2016).

O clube acionou o Poder Judiciário, contrariando o artigo 59 do Estatuto da FIFA que proíbe o amparo em instâncias da justiça comum, e em um primeiro momento conseguiu anular a decisão do STJD, porém depois esta decisão acabou sendo derrubada pelo próprio Poder Judiciário, e assim a Portuguesa teve que acatar a decisão e foi rebaixado para a Série B do Campeonato Brasileiro. A questão é que a FIFA, vendo essa situação, não atuou para punir o clube por ter acionado o Poder Judiciário, já que poderia até suspendê-lo dos campeonatos que participava. Mas a decisão se reflete no clube até hoje, já que após o ocorrido a Portuguesa acabou se afundando em dívidas e perdeu sua credibilidade por ter desrespeitado uma norma da FIFA (AIDAR, 2016).

Além do Código Disciplinar, outro aparato normativo importante da FIFA é a Lei Geral da Copa. Este pode ser definido como um conjunto de regras que devem ser utilizados pelo país sede durante a realização do evento, que regula: “regras do jogo, equipamentos, comércio, televisionamento, patrocinadores, dentre outros aspectos” (FARIA, 2016), atingindo tanto o âmbito econômico quanto político, onde na maior parte das vezes:

(...) a FIFA transborda questões puramente esportivas para adentrar em outros temas complexos, e.g., a liberalização de bebidas alcoólicas em estádios de futebol, com a criação de verdadeiras zonas de exclusão do poder ou da legislação estatal. Nos dizeres de Corrarino “[...] as áreas em torno dos megaeventos são por vezes designadas como zonas legais especiais, em que a lei do Estado é substituída por regimes jurídicos especiais.”

(...) questões ainda mais complexas constituem a base do dito iceberg, e.g. o ingresso de estrangeiros em território Nacional sob a égide da *lex FIFA*. O art. 19 da Lei Geral da Copa (Lei 12.663/12) validou a concessão de vistos de entrada a todo e qualquer membro da FIFA e/ou pessoa física ou jurídica por ela indicada. O parágrafo quarto do mesmo dispositivo legal autorizou o uso, pelos membros da FIFA, de passaporte ou de *documento de viagem equivalente*. Quer dizer, até mesmo o único documento legítimo para a obtenção do visto de entrada ou para o ingresso no território nacional (passaporte) foi relativizado (FARIA, 2016, grifo do autor).

Nota-se que na dinâmica entre a Organização Transnacional e Estado, existem momentos de convivência entre dois aparatos normativos, com o Estado utilizando algumas das regras das Organizações dentro da esfera nacional, já em outros casos há o choque entre as duas esferas e uma exerce maior influência do que a outra. No último caso, vemos como a Organização Internacional consegue exercer maior poder interferindo em áreas que não estão diretamente relacionadas ao esporte, fator que demonstra a complexidade da relação entre os

Estados e Organizações Transnacionais, que não é mais ligada a um poder estatal maior/superior que se sobrepõe em todos os momentos.

Nas Copas do Mundo de África e Brasil esse conflito entre o poder estatal e da Organização ficou nítido, tanto durante o período de arranjo do evento, quanto durante o mesmo, onde a FIFA em várias ocasiões conseguiu o que queria e suplantou o poder dos Estados (SWINNEN e VANDEMOORTELE, 2008).

### **5. Aparato legal da FIFA durante a Copa**

As exigências feitas pela FIFA aos países sede da Copa do Mundo, para atender as normas da entidade, estão relacionadas a infraestrutura envolvendo construção ou adaptação de estádios, infraestrutura adequada de mobilidade urbana que permita o deslocamento fácil dos turistas dos aeroportos e hotéis até os estádios, e uma rede de hospedagem que tenha capacidade de alojar as pessoas que vem acompanhar o mundial. Todas essas exigências são feitas antes da realização do Mundial e os países têm um tempo para adaptação, passando por várias vistorias dos funcionários da FIFA antes, durante e depois desses ajustes.

Além destas condições, a entidade exige a aprovação e estabelecimento de um aparato de normas constituído por atos especiais que devem ser utilizados durante o Mundial, a chamada Lei Geral da Copa. Este aparato jurídico foi empregado nas Copas da África e Brasil, porém não para a Alemanha que sediou o evento em 2006, onde o governo do país entendeu que não havia necessidade de criar novas leis já que a legislação existente seria suficiente (PUFF, 2012). Outro tratamento distinto da FIFA em relação a Alemanha esteve relacionado a venda de cerveja dentro dos estádios, para o torneio a FIFA estabelece que dentro dos estádios só pode ser vendida bebida de seus patrocinadores, para conseguir flexibilizar essa regra e proporcionar a venda de cerveja local o “Parlamento (...) acabou firmando um acordo com a FIFA: 40% da cerveja vendida nos estádios foi alemã, mas servida em copos transparentes para que sua marca não ficasse visível.”

Os exemplos demonstram que a Alemanha conseguiu resistir a algumas pressões da FIFA por meio de negociações com a entidade, de modo que não houve tanta interferência no país na questão de comércio e legislação nacional. O que fica é a reflexão sobre tratamento distinto da FIFA em relação a Alemanha e outros países que sediaram os eventos anteriormente e os países em desenvolvimento, ao qual pode existir uma ligação com o status de desenvolvimento onde a entidade pressiona mais países em desenvolvimento e consegue

maior liberdade de atuação, já que no afã de realizar o evento e ter aprovação da entidade os países sedem.

Estes fatores revelam o tamanho do poder da FIFA, que apesar de ser uma associação sem fins lucrativos, consegue pressionar governos e satisfazer seus interesses atuando em diversas áreas como se o país fosse seu. Para ilustrar melhor esta atuação vamos olhar mais de perto algumas leis que foram estabelecidas na África do Sul e no Brasil durante o evento, que vão muito além do futebol.

### **5.1 Copa do Mundo da África do Sul**

Para a realização do Mundial o presidente sul-africano aprovou dois atos especiais (JERABEK; ANDRADE; FIGUEROA, 2017) rapidamente, 5 anos antes do evento, com a justificativa de que os atos poderiam ser positivos para o país por não haver uma legislação oficial relacionada aos objetos presentes na Lei Geral da Copa (PUFF, 2012).

Os atos cobrem vários pontos desde a segurança do evento, pessoas permitidas a entrar nos estádios e circular nas zonas de exclusão, até os lugares onde podem passear com animais. Porém, os tópicos que tiveram maior atenção estavam relacionados a comércio. A FIFA requisitou que as leis em relação à propriedade intelectual e proteção do direito econômico fossem endurecidas para que seus patrocinadores não tivessem perdas durante o evento. A entidade proibiu a venda de produtos concorrentes dentro dos estádios e nas zonas de exclusão, e a venda ao redor desses espaços deveria ser feita com aprovação da prefeitura municipal. Além de ter patenteado vários termos para garantir a reserva de *marketing* do evento para si, como vê-se a seguir:

Segundo Rick Mkhondo, diretor de Comunicações do Comitê Organizador da África do Sul durante a Copa do Mundo de 2010, a FIFA obrigou o governo sul-africano a assinar dezessete acordos, posteriormente consolidados na chamada “Lei de Medidas Especiais de 2006 para a Copa do Mundo FIFA de 2010”. A FIFA, ademais de se reservar todos os direitos de mídia e marketing, teria mesmo chegado a proibir o uso do termo “República da África do Sul (RSA) 2010” e “África do Sul 2010” (SUPPO, 2012).

Em um país que tinha 49% da população abaixo da linha da pobreza e 25% de desempregados (GRIX; LEE, 2013) houve a esperança que durante o Mundial houvesse maiores oportunidades de emprego, tanto na área de construção civil quanto em outras áreas, como comércio. Porém estas leis acabaram com esta esperança, como demonstra Jefferson

Puff em sua reportagem, onde o ex-diretor de comunicação do Comitê Organizador Local, Rich Mkhondo, revelou que houve frustração dos sul-africanos em relação a impossibilidade de ambulantes comercializarem ao redor dos estádios, segundo Rich “Muitos sul-africanos acharam que iam ganhar dinheiro durante as partidas, o que não aconteceu.” (PUFF, 2012). Vários críticos dizem a legislação de propriedade intelectual acaba afetando os comerciantes locais, que são em sua maioria pequenos, possuem menos informação sobre as regras e vendo a oportunidade com o evento acabam utilizando-o para aumentar suas vendas, de modo que são pegos e punidos com severidade (BLACKSHAW, 2010).

Outro fator que chamou atenção na Copa de 2010 foram os “Tribunais da Copa do Mundo” criados “para evitar o aumento dos índices de criminalidade durante a Copa do Mundo” ajudando “a resolver cada caso com rapidez” (GUIMARÃES, 2009).

Foram implantados 54 postos, que funcionavam 15 horas por dia em todas as cidades-sede durante o período do torneio (GUIMARÃES, 2009), a implantação desses tribunais custou ao governo sul-africano em torno de 10 milhões de dólares, onde foram julgados 75 casos e proferidas em torno de 30 sentenças (DA ROSA, 2013).

Os tribunais aplicavam um pacote de leis exigido pela FIFA, que além de serem mais severas do que a legislação nacional, ainda permitiam um julgamento rápido e aplicação imediata das sentenças pelos “Tribunais da Copa” (CERIOTTI, 2011):

Acontece que tais leis, chamadas, na verdade, de regulamentos (ou *By Laws* no termo originário, em inglês) não apenas criaram novos crimes não previstos pela constituição e legislação em geral da África do Sul, como tornaram as penas aos crimes já existentes muito mais rudes e as possibilidades de defesa, por sua vez, infinitamente mais restritas (CERIOTTI, 2011).

Estas leis estavam fortemente relacionadas à proteção da propriedade intelectual dos patrocinadores oficiais e da FIFA, de modo que a pessoa que não cumprisse os dispositivos previstos no regulamento (*By Law*) da Copa do Mundo de 2010 da FIFA seria acusada de ter cometido:

(...) uma infração e passível de condenação por uma multa não superior a dez mil rand (R10 000,00) ou em falta de pagamento a prisão por um período não superior a 6 (seis meses), ou ambos, e no caso de uma infração continuada, com multa adicional, ou em falta de pagamento a um período adicional de prisão, todos os dias durante a continuação de tal ofensa após uma notificação por escrito ter sido emitida pelo administrador da cidade e atendida pela pessoa em questão que requer a interrupção de tal ofensa (City of Cape Town, 2009).

Com a aplicação destas leis pelos “Tribunais da Copa” o fator que se destacou foi a celeridade dos julgamentos e aplicação das penas, além da dureza destas últimas, os casos que mais chamaram a atenção foram “do nigeriano que foi condenado a três anos de prisão por portar cerca de 30 ingressos para revenda” (DA ROSA, 2103), “dois zimbabuanos que assaltaram jornalistas estrangeiros na quarta-feira, foram presos na quinta-feira, e começaram a cumprir a pena de 15 anos de prisão na sexta-feira” (HYDE, 2010), e por fim “a detenção das holandesas que usavam vestidos laranja durante o jogo da Holanda” (DA ROSA, 2013) acusadas de fazer marketing de emboscada (Ambush Marketing) de uma marca de cerveja concorrente ao patrocinador da Fifa (WAAK, 2010).

O fator que gerou críticas foi da amplitude e rigidez do regulamento que:

(...) impôs proibições tão amplas, limitando sobremaneira a liberdade de expressão e previu sanções tão severas que, inclusive, chegavam a contrariar a própria constituição Sul-Africana que, promulgada em 1994, possui caráter democrático e de proteção dos direitos humanos.

Em sua sessão 35, por exemplo, ao tratar dos direitos dos presos e acusados, a Lei Maior Sul-Africana dispõe que “toda pessoa acusada tem direito a um julgamento justo”, o que inclui, em suas alíneas “b” e “c”, ser julgado publicamente, por um tribunal ordinário e “dispor de tempo e meios adequados para preparar sua defesa. (CERIOTTI, 2011)

Assim criou-se um ambiente em que os princípios da Constituição Sul-Africana estavam sendo desrespeitados já que o tempo de acusação, julgamento e declaração da sentença eram feitos em um período tão curto que limitava a elaboração da defesa dos acusados.

Apesar desses problemas, os “Tribunais da Copa” foram bem avaliados pela população e autoridades, por conta dos tipos penais mais duros presentes no regulamento da FIFA, e principalmente devido a celeridade do processo de acusação e julgamento. O sucesso dos “tribunais” fez com que estudiosos da área de segurança defendessem a habilitação dos tribunais após a Copa para julgar crimes comuns, neste caso o regulamento de exceção tornara-se regra (CERIOTTI, 2010), com as leis nacionais, inclusive a Constituição, sendo subordinadas ou modificadas por um conjunto de regras elaboradas por uma Organização Transnacional esportiva, que se impõe de maneira tão forte durante os megaeventos esportivos que acaba interferindo em áreas que não possuem relação nenhuma com o esporte, causando consequências que podem ser permanentes.



## 5.2 Copa do Mundo Brasil

No Brasil a assinatura da Lei Geral da Copa gerou muitos debates por ter sido considerada muito evasiva, ultrapassando a soberania nacional e criando um “Estado Futebolístico de Exceção” (ALENCAR, 2012) durante o evento. Por conta desta controvérsia a aprovação pelo Congresso Nacional demorou, o que gerou reclamação do secretário geral da entidade, Jérôme Valcke, ao declarar que a Lei Geral deveria ter sido assinada até 2007<sup>8</sup>, por esta demora o dirigente disse que os organizadores brasileiros deveriam receber “um empurrão nas costas” (GLOBOESPORTE, 2012).

Os itens mais polêmicos da Lei Geral da Copa, no caso brasileiro, estavam relacionados à venda de bebidas alcoólicas dentro dos estádios e de ingressos com 50% de desconto para estudantes, idosos e beneficiários de Bolsa Família (MARQUES, 2012).

A venda e consumo de bebidas alcoólicas era proibida dentro de estádios e arenas no território nacional, devido a consideração que o consumo de álcool pode propiciar violência dentro dos estádios, porém para a FIFA a venda e consumo de álcool dentro dos estádios durante a competição era considerado um fator indispensável para realização do evento (FARIA, 2016), e deste modo:

(...) em âmbito federal, a Lei 12.663/12 (Lei Geral da Copa), através do §1º do art. 68, tornou sem efeito o art. 13-A da Lei 10.671/03 - Estatuto do Torcedor - que proíbe bebidas suscetíveis de gerar ou de possibilitar a prática de atos de violência em estádios de futebol. Da mesma forma, os Estados da Federação Brasileira designados como sedes do evento também tiveram de adaptar suas legislações proibitivas. (FARIA, 2016)

Contudo, o que era para ser temporário tornou-se permanente em alguns locais, no Estado da Bahia, por exemplo, utilizando como justificativa o regulamento da FIFA a lei estadual foi modificada e passou a permitir a comercialização de bebidas alcoólicas em todos os estádios e arenas do Estado sem limite de data, outro caso foi do Espírito Santo que nem sediou a Copa do Mundo e aproveitou o momento para aprovar uma lei que liberou a comercialização e consumo de bebidas alcoólicas (FARIA, 2016).

Em relação a venda de ingressos com 50% de desconto, a FIFA solicitou que houvesse a suspensão das leis estaduais e municipais relacionadas a descontos e gratuidade para a Copa das Confederações e Copa do Mundo (MARQUES, 2012). Porém, este item foi vetado pela

---

<sup>8</sup> A declaração foi feita em março de 2012, e a lei foi sancionada em junho de 2012.

presidente Dilma o que abriu brechas para que os ingressos das competições pudessem ser vendidos com desconto em conformidade com a lei nacional.

Como ocorreu na Copa do Mundo da África do Sul, as exigências da FIFA tiveram maior peso sobre a questão da proteção de propriedade intelectual e punição de condutas que ferissem este princípio. Com a Lei Geral houve a criação de “novos crimes relacionados a Copa do Mundo” e o endurecimento da punição a alguns delitos (MARQUES, 2012).

No caso do Brasil, para realizar a Copa, houve a relativização da legislação nacional, tanto dos estados e municípios como da federação, onde a FIFA se aproveitou da ânsia do país em sediar o evento para “transbordar questões puramente esportivas para adentrar em outros temas complexos” (FARIA, 2016). Além de pontos que tiveram um impacto permanente, como foi o caso do consumo e venda de bebidas alcoólicas dentro dos estádios e arenas.

### **5.3 Legado para quem?**

As Copas do Mundo da África do Sul e Brasil ficaram apenas atrás do Mundial da Rússia em 2018<sup>9</sup> em relação ao lucro para a entidade (PASSOS, 2014 e FOLHA DE SÃO PAULO, 2015) na primeira houve o lucro de 4,1 bilhões de dólares e na segunda 5,7 bilhões de dólares (CAPELO, 2015), com a entidade clamando que “a Copa do Mundo da África do Sul foi um grande sucesso” (EXAME, 2011) e que a Copa no Brasil foi “melhor Copa do Mundo de todos os tempos” (DOMINGOS, 2014) apesar dos eventos terem sido questionados do âmbito interno e não terem trazido os benefícios esperados pelos Estados (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2018 e MARCHI JÚNIOR, 2014).

Nota-se que o sucesso das Copas ficou restrito a realização das mesmas, de acordo com Ocke (2013) e Marchi Júnior (2014) os ganhos socioeconômicos foram mínimos, com lucros rapidamente mitigados, enquanto as contas das obras realizadas em função dos eventos permaneceram, principalmente dos estádios que se tornaram elefantes brancos. Além disso, as melhorias de infraestrutura concentraram-se em áreas urbanas já desenvolvidas à medida que as mais pobres permaneceram precarizadas, fator que demonstra o aprofundamento das desigualdades nos países.

Em relação a mudanças na imagem dos países, segundo Almeida e Gutierrez (2018) e Marchi Júnior (2014) apesar da veiculação global que promove o país na esfera internacional,

---

<sup>9</sup> O lucro do último Mundial para a entidade foi em torno de 6 bilhões de dólares (SENRA, 2018).

não há mudança das visões sobre problemas desses países relacionados temas como: direitos humanos, violência contra a mulher, racismo e pobreza extrema. Deste modo, o poderio simbólico que seria amplificado com o evento, acaba sendo efêmero por não representar mudança significativa na imagem que os Estados possuem na esfera internacional (CORNELISSEN, 2010).

Em conformidade com Cornelissen (2010), a África do Sul tentou mostrar, com a realização do Mundial, uma imagem diferente tanto do país quanto do continente inteiro, baseada no ideal pan-africano. Porém, para os países da região essa atitude foi considerada arrogante e paternalista, de modo que com a realização da Copa a resistência diplomática dos países da região em relação a uma liderança sul-africana no continente pode ter sido amplificada.

No caso do Brasil, segundo Xavier (2015), a Copa promoveria o cenário de estabilidade econômica e democrática, mostrando que o país estaria em outro patamar de desenvolvimento, menos distante das nações desenvolvidas, e deste modo o país poderia conquistar maior espaço e respeito no cenário internacional. Porém, após o Mundial, além do baixo ritmo de crescimento econômico que fragilizou o discurso de estabilidade, não ocorreram mudanças significativas do status do país na esfera internacional, se levarmos em conta a permanência da estrutura das Organizações Internacionais, como o Conselho de Segurança da ONU.

Assim, alguns grupos esportivos, políticos e empresariais são os beneficiários diretos do evento e:

(...) a partir de interesses mútuos que denotam, por um lado, a expansão de mercados altamente consumidores e, por outro, a visibilidade daqueles responsáveis pelas decisões nos países-sede, que são os reais beneficiados sob o ponto de vista econômico e político (MARCHI JÚNIOR, 2014).

Em uma realidade onde há a interação entre globalização, identidade nacional, interesses econômicos e políticos de empresas e Estados constitui-se uma:

(...) dicotomia entre, por um lado, o ‘nacional’, último refúgio das paixões do mundo antigo, e, por outro, o ‘transnacional’, trampolim do ultraliberalismo do mundo novo, resulta, para os amantes do futebol (...) uma verdadeira esquizofrenia, extremamente complexa (...) que ilustra perfeitamente o mundo ambivalente no qual todos nós vivemos (HOBSBAWM, 2007 apud BROCHAND, 1998).

Vivemos em um cenário de transformação do futebol, que passou a ser considerado um negócio e transformou a relação das massas com o esporte, estas além de serem afastadas dos estádios - que passam a ser arenas modernas destinadas a uma elite - ficam mais distantes dos jogadores que representam sua nação - já que os melhores jogadores do mundo vão para o mercado europeu cada vez mais cedo -, apesar disso a audiência de um megaevento como a Copa do Mundo a cada edição aumenta e as pessoas permanecem identificando suas seleções como uma representação de orgulho nacional (apesar do domínio das seleções europeias). Existindo uma:

(...) crescente incompatibilidade entre os interesses empresariais, políticos e econômicos, nacionais e globalizados, e o sentimento popular. Essencialmente, o negócio global do futebol é dominado pelo imperialismo de umas poucas empresas capitalistas com nomes de marcas também globais (...) a lógica transnacional da empresa de negócios entrou em conflito com o futebol como expressão de identidade nacional, tanto pela tendência a favorecer torneios internacionais entre superclubes, em detrimento de torneios tradicionais das copas e dos campeonatos nacionais, quanto porque os interesses dos superclubes competem com os das seleções nacionais, que são as portadoras de toda a carga política e emocional da identidade nacional (...) No entanto, os imperativos não-econômicos da identidade nacional têm tido força suficiente para afirmar-se no contexto do jogo e mesmo para impor o torneio internacional de seleções, a Copa do Mundo, como o elemento principal e mais poderoso da presença econômica global do futebol” (HOBSBAWM, 2007).

## 6. Conclusão

É difícil engendrar uma análise peremptória sobre os resultados de um megaevento e quem/quais foram os seus beneficiários, porém considerando a experiência de África do Sul e Brasil é possível ver que os megaeventos trouxeram resultados ambíguos: os pontos positivos foram o desenvolvimento de infraestrutura urbana, o aumento do turismo (pelo menos durante a realização do evento) e a exposição internacional do país antes e durante o evento. Os pontos negativos estão relacionados aos altos investimentos estatais, que não tiveram uma contrapartida na mesma proporção, já que, além dos gastos, os Estados arcam até hoje com os custos de manutenção do que foi construído, de modo que algumas estruturas viraram “elefantes brancos”.

Em relação a interesses mais ambiciosos, ligados a mudança de imagem e projeção internacional é difícil pontuar se um evento de curto prazo faz com que os países consigam alcançar os objetivos esperados, já que são questões subjetivas que levam em conta valores,

concepções e estruturas da sociedade, fatores estes que para serem modificados demoram anos e dependem de grandes transformações internas aos países.

Deste modo afirmar que o Brasil conseguiu com a realização das Olimpíadas e, principalmente, da Copa do Mundo mostrar que é um país estável, uma democracia já estabelecida como está presente nas falas do então presidente Lula, ou se no caso da África houve uma mudança de percepção da comunidade internacional em relação a todo o continente, é uma tarefa arriscada. Nesta questão, nota-se que os resultados de um megaevento são voláteis e que a realidade dos países articulada às mudanças constantes no sistema internacional possuem um peso maior sobre seu papel e imagem, estes construídos historicamente e com base social, que requerem grandes mudanças estruturais para que realmente se modifiquem.

Quando vê-se a atuação da FIFA, seu histórico e fortalecimento ao longo dos anos, percebe-se que a entidade ganhou muito poder e hoje consegue mobilizar um aparato jurídico transnacional que é vinculante e que rivaliza com o poder dos Estados em determinados âmbitos e contextos, especialmente durante os megaeventos esportivos.

Com base nesses pontos, é possível notar a forma como novas ferramentas são utilizadas pelos Estados e Organizações para atuar no sistema internacional - e o quanto instrumentos deste tipo podem ter impactos distintos dependendo da finalidade e do ator que a utiliza. Para o Estado, o esporte é uma das várias ferramentas de atuação, e têm sua importância principalmente simbólica, porém é necessário ver até que ponto esse poderio simbólico têm alcance e permanência, já que depende de vários outros fatores mais profundos como *status* de desenvolvimento e penetração na sociedade internacional, além da própria estrutura interna dos Estados.

Para organizações ao estilo da FIFA, uma ferramenta como o futebol torna-se um grande trunfo. Mesmo podendo ser considerado por alguns como algo apolítico e que não têm interferência nas grandes questões, o futebol dá bases para que uma associação sem fins lucrativos não apenas passe a ter receitas bilionárias (em alguns casos às custas dos Estados que recebem os eventos), mas também construa um aparato normativo em paralelo com o estatal.

Dentro desta dinâmica, a partir dos exemplos da Copa do Mundo da África do Sul (2010) e do Brasil (2014), é possível notar que a FIFA e as empresas transnacionais ligadas ao futebol são os atores que mais ganham em qualquer cenário, tanto de elitização quanto de

massificação do esporte. Assim, apesar do interesse dos Estados de fazer um uso sistêmico e em prol do interesse nacional desta ferramenta que vem se tornando tão forte no sistema internacional, eles não conseguem ter ganhos compatíveis aos benefícios angariados pelas organizações envolvidas e pelas empresas patrocinadoras.

## Bibliografia

AFIUNE, Giulia. **Como a cidade de Boston disse não à Olimpíada de 2024**. Exame. 11 fev. 2016. Acesso em: 11/11/2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/como-a-cidade-de-boston-disse-nao-a-olimpiada-de-2024/>>.

AIDAR, Hugo Bé. **Conflitos entre justiça comum x justiça desportiva: a (im) possibilidade de revisão pela justiça comum das decisões proferidas pela justiça desportiva-o “caso portuguesa”**. 2016. Monografia (Curso de Direito) - Faculdade de Ciências Jurídicas, UniCEUB, Brasília.

ALEGI, Peter. **African soccerescapes**: How a continent changed the world's game. Ohio University Press, 2010.

ALENCAR, Chico. Estado Futebolístico de Exceção. **Folha de S. Paulo**. 15 abr. 2012. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br> > 37168-estado-futebolistico-de-excecao>. Acesso em: 02/09/2019.

ALMEIDA, Marco Bettine; GUTIERREZ, Diego. O Soft Power do Brasil e a cobertura da mídia internacional da Copa do Mundo FIFA 2014. **Licere**, v. 21, n. 2, p. 226-257, 2018.

ARNAUD, Pierre; RIORDAN, Jim (Ed.). **Sport and international politics**: Impact of Facism and Communism on Sport. Routledge, 2003.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EdUFF, p. 247-298, 2008.

BLACKSHAW, Ian. 2010 FIFA World Cup South Africa: legal protection of the marks and the event. **The International Sports Law Journal**, n. 3-4, p. 32-42, 2010.

BOLSMANN, Chris; BREWSTER, Keith. Mexico 1968 and South Africa 2010: development, leadership and legacies. **Sport in Society**, v. 12, n. 10, p. 1284-1298, 2009.

BRAATHEN, Einar; SØRBØE, Celina Myrann; MASCARENHAS, Gilmar. BRICS, megaeventos esportivos e o Rio de Janeiro como "cidade de exceção". **Tensões Mundiais**, v. 10, n. 18, 19, p. 325-345, 2014.

BUENO, Rodrigo. Fifa se desculpa hoje com Copa na África. **Folha de S. Paulo**. 15/05/2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk1505200418.htm>>. Acesso em: 02/09/2019.

CALIXTO, Vinícius Machado. **A Afirmação da Lex Sportiva como uma ordem jurídica transnacional autônoma**. 2013. Monografia (Curso de Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, UnB, Brasília.

CARVALHO, José Eduardo de. **Geopolítica**. São Paulo: SESI-SP, 2012.

CASTRO, Marcus Faro de. Pluralismo jurídico: principais ideias e desafios. In: SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUEZ, José Rodrigo. **Manual de sociologia jurídica**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013.

CERIOTTI, Ana Carolina. Regras do Jogo: A Flexibilização do Direito a partir da Copa do Mundo. **Disenso**, v. 3, p. 141-154, 2011.

CHADE, Jamil. "Copa é política externa". **O Estado de S. Paulo**. 11 jun. 2010. Disponível em: <<https://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,copa-e-politica-externa-imp-,564816>>. Acesso em: 12/09/2019.

City of Cape Town. **2010 FIFA World Cup By-law**. 2009. Disponível em: <<https://openbylaws.org.za/za-cpt/act/by-law/2009/2010-fifa-world-cup/eng/#section-2>>. Acesso em: 12/09/2019.

COBOS, Paulo. Colômbia desiste, e só Brasil quer Copa-2014. **Folha de S. Paulo**. 12 abr. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk1204200717.htm>>. Acesso em: 21/09/2019.

CONMEBOL. **265 milhões de pessoas jogam futebol no mundo inteiro**. Paraguai, 2013. Disponível em: <<http://www.conmebol.com/pt-br/content/265-milhoes-de-pessoas-jogam-futebol-no-mundo-inteiro>>. Acesso em: 20/05/2019.

CORNELISSEN, Scarlett; MAENNIG, Wolfgang. On the political economy of ‘feel-good’ effects at sport mega-events: Experiences from FIFA Germany 2006 and prospects for South Africa 2010. **Alternation**, v. 17, n. 2, p. 96-120, 2010.

\_\_\_\_\_. Towards redefining the concept of legacy in relation to sport mega-events: Insights from the 2010 FIFA World Cup. **Development Southern Africa**, v. 28, n. 3, p. 307-318, 2011.

\_\_\_\_\_. The geopolitics of global aspiration: Sport mega-events and emerging powers. **The international journal of the history of sport**, v. 27, n. 16-18, p. 3008-3025, 2010.

COSTA, Giuliana. Sedar megaeventos esportivos vale à pena. **O Social em Questão**, ano XVI, n. 29, p. 159-178, 2013.

DA ROSA, Alexandre de Moraes. Tribunais de exceção da Copa só interessam à Fifa. **CONJUR**. 9 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2013-nov-09/diario-classe-tribunais-excecao-copa-interessam-fifa>>. Acesso em: 12/09/2019.



DOMINGOS. Thiago. Conferência da Fifa elogia “melhor Copa do Mundo de todos os tempos”. **GOAL**, São Paulo, 12 set. 2014. Disponível em:

<<https://www.goal.com/br/news/227/copa-do-mundo/2014/09/12/5101158/confer%C3%Aancia-da-fifa-elogia-melhor-copa-do-mundo-de-todos-os>>. Acesso: 28/05/2019.

EBC. Jogos Olímpicos: países começaram série de boicotes em 1976. **EBC**. 22 fev. 2016. Disponível em:

<<http://radios.ebc.com.br/rio-2016/edicao/2016-02/jogos-olimpicos-paises-comecaram-serie-de-boicotes-em-1976>>. Acesso em: 20/09/2019.

EXAME. FIFA tem lucro de US\$ 631 milhões entre 2007 e 2010. **EXAME**, São Paulo, 3 mar. 2011. Disponível em:

<<https://exame.abril.com.br/negocios/fifa-tem-lucro-de-us-631-milhoes-entre-2007-e-2010/>>. Acesso em: 24/05/2019.

FARIA, Tiago Silveira de. **Lex FIFA: autonomia e poder de uma ordem jurídica transnacional**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

FIFA. **Associations and confederations**. Disponível em: <<https://www.fifa.com/associations/>>. Acesso em: 16/05/2019.

\_\_\_\_\_. **FIFA Big Count 2006**: 270 million people active in football. Zurique, 2007.

<[https://www.fifa.com/mm/document/fifafacts/bcoffsurv/bigcount.statspackage\\_7024.pdf](https://www.fifa.com/mm/document/fifafacts/bcoffsurv/bigcount.statspackage_7024.pdf)>. Acesso em: 20/05/2019.

\_\_\_\_\_. **Más de la mitad del planeta disfrutó de un Mundial incomparable em 2018**. Zurique, 2018. Disponível em:

<<https://es.fifa.com/worldcup/news/mas-de-la-mitad-del-planeta-disfruto-de-un-mundial-incomparable-en-2018>>. Acesso em: 24/05/2019.

\_\_\_\_\_. **Su fundación.** Zurique, 2012. Disponível em: <<https://es.fifa.com/about-fifa/who-we-are/history/index.html>>. Acesso em: 24/05/2019.

\_\_\_\_\_. **Una nueva era.** Zurique, 2012. Disponível em: <<https://es.fifa.com/about-fifa/who-we-are/history/new-era.html>>. Acesso em: 24/05/2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. Lucro da Fifa com Copa no Brasil atinge valor recorde. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 21 mar. 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/212849-lucro-da-fifa-com-copa-no-brasil-atinge-valor-recorde.shtml>>. Acesso em: 24/05/2019.

FRANZINI, Fábio. **As raízes do país do futebol**: estudo sobre a relação entre futebol e a nacionalidade brasileira 1919-1950. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

GLOBOESPORTE. Valcke perde a paciência e critica Brasil: ‘Não está funcionando’. 02 mar. 2012. **GLOBOESPORTE**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2012/03/valcke-perde-paciencia-e-critica-brasil-nao-esta-funcionando.html>>. Acesso em: 13/09/2019.

GRIX, Jonathan; LEE, Donna. Soft power, sports mega-events and emerging states: The lure of the politics of attraction. **Global society**, v. 27, n. 4, p. 521-536, 2013.

GUIMARÃES, Levi. África do Sul criará tribunais especiais para a Copa. **IG Esporte**. 24 nov. 2009. Disponível em: <<https://esporte.ig.com.br/futebol/2009/11/24/africa+do+sul+criara+tribunais+especiais+para+a+copa+9168901.html>>. Acesso em: 12/09/2019.

HERZ, Mônica; TABAK, Jana; HOFFMANN, Ana R. **Organizações internacionais**: história e práticas. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

\_\_\_\_\_. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

HOMEWOOD, Brian. Blatter: acreditem que África do Sul fará uma Copa maravilhosa. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 18 fev. 2010. Disponível em: <<https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,blatter-acreditem-que-africa-do-sul-fara-uma-copa-maravilhosa,513061.amp>>. Acesso em: 02/09/2019.

HORNE, John. The four 'knowns' of sports mega-events. **Leisure studies**, v. 26, n. 1, p. 81-96, 2007.

HORNE, John; MANZENREITER, Wolfram. **An introduction to the sociology of sports mega-events**. The sociological review, v. 54, n. 2\_suppl, p. 1-24, 2006.

HYDE, Marina. World Cup 2010: Fans, robbers and a marketing stunt face justice, Fifa style. **The Guardian**. Johannesburg, 20 jun. 2010. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/football/2010/jun/20/world-cup-2010-fans-marketing-justice-fifa>>. Acesso em: 11/09/2019.

JERABEK, Marketa Maria; ANDRADE, Alisson Maxwell Ferreira de; FIGUEROA, Ana Magdalena. **FIFA's hegemony**: examples from World Cup hosting countries. Global Society, v. 31, n. 3, p. 417-440, 2017.

KNOTT, B et al. **The role of sport mega-events in nation-branding**: the case of South Africa and the 2010 Fifa World Cup. 2017.

LAGOS, Rodrigo Soto. Prólogo: El deporte como herramienta global y los estudios sociales del deporte. In: ACOSTA, Willy Soto (Ed.). **Política global y fútbol: el deporte como preocupación de las ciencias sociales**. Heredia, Costa Rica: CLACSO, IDESP, Universidad Nacional, 2018.

LEVERMORE, Roger; BUDD, Adrian (Ed.). **Sport and international relations: an emerging relationship**. Routledge, 2004.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014**. 2007. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/30-10-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-anuncio-do-brasil-como-sede-da-copa-do-mundo-de-2014>>.

Acesso em: 30/05/2019.

**MAGADLA**, Siphokazi. The Super-diplomat: Thabo Mbeki's African Renaissance and South Africa FIFA World Cup 2010. 2011.

MARCHI JÚNIOR, Wanderley et al. A copa do mundo Fifa na África do Sul/2010—como foi a experiência e o que podemos aprender com ela?. **Movimento**, v. 20, n. 2, 2014.

MARQUES, Fabrício. Lei Geral da Copa é publicada no Diário Oficial com seis vetos de Dilma. **GLOBOESPORTE**. 06 jun. 2012. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2012/06/lei-geral-da-copa-e-publicada-no-diario-oficial.html>>. Acesso em: 13/09/2019.

NAÇÕES UNIDAS. **Países Membros da ONU**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/>>. Acesso em: 16/05/2019.

NSC. Blatter reitera a confiança na África do Sul para Copa de 2010. **NSC**. 17 jul. 2008. Disponível em:

<<https://www.nsctotal.com.br/noticias/blatter-reitera-confianca-na-africa-do-sul-para-copa-de-2010>>. Acesso em: 02/09/2019.

OCKE, Marco Antonio. Marca e Imagem de um País: Considerações sobre a Copa do Mundo de 2014 e a Promoção do Brasil. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 2, n. 2, p. 95-120, 2013.

PASSOS, Marcos Fernandes. **Direito Desportivo Internacional**: a influência das normas e das decisões jusdesportivas internacionais no ordenamento jurídico brasileiro. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro.

PASSOS, Paulo. Legado da Copa-10 - Parte 4: Fifa investe 4,6% do lucro da Copa na África. **UOL**, São Paulo, 18 mar. 2014. Disponível em: <<https://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/03/18/legado-da-copa-2010-fifa-investe-46-do-lucro-do-mundial-na-africa-do-sul.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso: 24/05/2019.

PRONI, Marcelo Weishaupt; KFOURI, Juca. **A metamorfose do futebol**. Campinas: UNICAMP - Instituto de Economia, 2000.

PUFF, Jefferson. Anfitriões de Copas passadas relembram atritos com Fifa. **BBC**. São Paulo, 16 mar. 2012. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/03/120315\\_copa\\_fifa\\_jc\\_jp](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/03/120315_copa_fifa_jc_jp)>. Acesso em: 09/09/2019.

RESENDE, Carlos Augusto. O Esporte na Política Externa do Governo Lula: o importante é competir. **Meridiano 47-Journal of Global Studies**, v. 11, n. 122, p. 35-41, 2010.

REUTERS. Copa 2010 será um milagre para a África do Sul. **REUTERS**. 07 jul. 2006. Disponível em: <<https://atarde.uol.com.br/esportes/noticias/1008261-copa-2010-sera-um-milagre-para-a-africa-do-sul,-diz-presidente>>. Acesso em: 19/09/2019.

REIS, Rafael. Por que a Fifa têm mais países filiados que a ONU?. **UOL Esporte**. 10 de set. 2019. Disponível em: <<https://blogdorafaelreis.blogosfera.uol.com.br/2019/09/10/por-que-a-fifa-tem-mais-paises-filiados-que-a-onu/>>. Acesso em 11/11/2019.

ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst Otto (Ed.). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: UnB, 2000.

SENRA, Ricardo. Fifa deve ter recorde bilionário em lucros na Copa, mas economiza milhões com voluntários. **Terra**. 13 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/fifa-deve-ter-recorde-bilionario-em-lucros-na-copa-mas-economiza-milhoes-com-voluntarios,9aacf468c9b95e2f7a2c0c288bee4c9bxbbox2db.html>>. Acesso em: 11/11/2019.

SPERA, Marco Tulio Nicoli. **Caindo na armadilha: a Copa do Mundo como estratégia de Estado no século XXI**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SUPPO, Hugo. Reflexões sobre o lugar do esporte nas relações internacionais. **Contexto Internacional**, v. 34, n. 2, p. 397, 2012.

SWINNEN, Jo; VANDEMOORTELE, Thijs. Sports and development: an economic perspective on the impact of the 2010 World Cup in South Africa. **ICSSPE Bulletin**, v. 53, p. 1-6, 2008.

TAVARES, Otavio. Megaeventos esportivos. **Movimento**, v. 17, n. 3, p. 11-35, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

VASCONCELLOS, Douglas. **Esporte, poder e relações internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

VISENTINI, Paulo et al. **BRICS**: as potências emergentes: China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

WAAK, William. Fifa exigiu mudanças na justiça da África do Sul. **Jornal da Globo**. Joanesburgo, 24 jun. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2010/06/fifa-exigiu-mudancas-na-justica-da-afri-ca-do-sul.html>>. Acesso em: 12/09/2019

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva Vol. 2. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

XAVIER, Renato. Megaeventos esportivos nos BRICS: o legado da inserção internacional. In: SIMPORI SAN TIAGO DANTAS, 2015, São Paulo. **Anais Eletrônicos do SIMPORI**: “Governança Global: transformações, dilemas e perspectivas”. São Paulo, Instituto San Tiago Dantas, 2017. Disponível em: <[https://docs.wixstatic.com/ugd/93184a\\_c18adc5787c84f37ba6ba22ba4f0c176.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/93184a_c18adc5787c84f37ba6ba22ba4f0c176.pdf)>. Acesso em: 19/06/2019.

